**O Brasil em Maio de 2020: A Política da Morte**

É mais do que preocupante a situação social do Brasil. Ela é catastrófica. O país se encontra na iminência de um colapso ainda desconhecido, abissal quando comparado a outras crises já vividas. Isso se deve a uma combinação de fatores que se reforçam mutuamente. Quem assistiu à primeira coletiva de imprensa do então ministro da Saúde, Nelson Teich, teve motivos adicionais para se alarmar. Medíocre e indigesta, a apresentação se resumiu a anunciar mais um general como figura central para lidar com uma crise sanitária de proporções históricas. A mensagem era clara: quem estava no comando não eram os civis, mas os militares. Os ministros civis funcionavam como peças descartáveis, amortecedores políticos, buchas de canhão.

Teich ainda insistiu em afirmar que o Brasil estaria em situação relativamente confortável quando comparado a outros países, numa tentativa desesperada de contrariar análises e dados objetivos sobre a gravidade da crise, produzindo uma fraude discursiva da realidade concreta. Esse tipo de operação não é simples incompetência técnica; trata-se de uma forma ativa de violência política. Ao negar a materialidade do desastre, o Estado se exime da responsabilidade de agir. Nesse sentido, Teich não foi exceção, mas continuidade: mais um operador de um discurso que ataca a população ao mesmo tempo em que afirma defendê-la. Esse paradoxo não é pessoal, mas estrutural, próprio do capitalismo e da representatividade política como forma de gestão do capital. Outro ministro afirmou, na mesma conjuntura, que seria necessário "ressaltar os pontos positivos" para produzir esperança. Quando não há perspectiva concreta de resolução dos problemas, o governo recorre à administração simbólica do desastre. O medo é tratado com retórica; a morte, com frases motivacionais. Essa tentativa de anestesiar a realidade afeta sobretudo as populações mais pobres, aquelas para as quais o colapso nunca é uma abstração. Teich, em vez de propor um plano emergencial robusto para os hospitais públicos, insistiu em parcerias com a iniciativa privada, aprofundando a lógica de mercantilização da saúde em plena pandemia. A política da morte já estava em curso, funcionando a pleno vapor.

Em Santa Catarina, comerciantes passaram a reabrir seus estabelecimentos ancorados numa retórica miserável de responsabilidade individual: atender um cliente por vez, passar álcool em gel nas mãos, simular cuidado enquanto se expunham trabalhadores e consumidores ao contágio. Shoppings estenderam tapetes vermelhos

para consumidores transformados em suicidas sociais, sob aplausos de funcionários e trilha sonora ambiente. O grotesco deixou de ser exceção e passou a operar como norma. Bastava sair à rua para perceber que a quarentena havia terminado antes mesmo de produzir qualquer efeito consistente. A posição do governo Bolsonaro empurrou o país, de forma gradual e consciente, para a morte em massa, sempre sob o discurso cínico de que estaria apenas atendendo às demandas da população. Na realidade, o que se atendia eram as exigências da economia capitalista, para a qual a vida de milhares é um custo aceitável. Nada disso é novidade. Não é preciso ser historiador ou sociólogo para compreender que o capital opera pela lógica do lucro, não da preservação da vida. A história moderna oferece exemplos incontornáveis: a Comuna de Paris, as guerras mundiais, os genocídios coloniais. Milhões de trabalhadores morreram para sustentar o avanço das economias centrais do capitalismo. A pandemia apenas atualizou esse padrão em novas condições históricas.

O capitalismo venceu, mais uma vez, ao convencer parcelas significativas da população de que é preciso morrer em seu nome, como se o capital fosse uma entidade transcendental. E, de fato, ele opera como tal. Como bem analisou Michael Löwy, o capitalismo funciona como uma religião, na qual o dinheiro ocupa o lugar de divindade suprema. Nesse cenário, é impossível ignorar o papel desempenhado por setores organizados do fundamentalismo religioso, especialmente aqueles vinculados às igrejas evangélicas empresariais, profundamente articuladas ao projeto político autoritário em curso. Não se trata de fé ou espiritualidade, mas de aparelhos ideológicos e econômicos que atuam conscientemente na produção da morte. Lideranças religiosas pressionaram pela quebra da quarentena, defenderam cultos presenciais em meio ao colapso sanitário e chegaram a reivindicar o auxílio emergencial dos fiéis, numa demonstração explícita de rapina social.

Nada acontece contra eles. Nada acontece contra Bolsonaro. Nada acontece contra os militares. Numa república burguesa, estruturada para atender aos interesses dos mais poderosos, o crime é regra de funcionamento. Suborno, chantagem, acordos espúrios, corrupção e mentira constituem a normalidade do sistema político. Superar o quadro que se impôs no Brasil exige uma mobilização popular que ainda não se consolidou com força suficiente para destruir essas relações. À época, tudo indicava que essa mobilização não viria no curto prazo. Ainda assim, a história não é linear nem

previsível. Ela se move por contradições, rupturas e deslocamentos inesperados. Nada garante a emancipação, mas nada autoriza a naturalização da barbárie.

Embora o capital dependa da ciência para ampliar seus modos de produção, o irracionalismo constitui uma de suas bases ideológicas mais sólidas. A razão, enquanto possibilidade de emancipação humana, é reduzida a instrumento técnico, subordinada às exigências da reprodução do capital. Quando essa reprodução encontra seus limites, a crise se manifesta de forma cada vez mais violenta, prolongada e destrutiva. A pandemia não revelou apenas a circulação descontrolada de um vírus, mas a capacidade letal de um sistema que, no Brasil, desde 2014, vem se afirmando sob um ethos fascistizante, hostil a qualquer forma de dissenso. Enfrentar esse processo implica reconhecer o inimigo em sua materialidade, como advertia Gorender, assumindo inclusive os riscos envolvidos. Enquanto forças organizadas e claramente comprometidas com a destruição da vida permanecerem hegemonizando o Estado, estaremos submetidos às suas diretrizes mortíferas.

É nesse mesmo Estado que se aloja uma esquerda institucional incapaz de romper com os limites do capital, presa à burocracia, à conciliação e à administração da derrota. Essa esquerda não se apresenta como alternativa histórica, mas como complemento ideológico do sistema que afirma combater. Superá-la é parte necessária de qualquer processo real de emancipação humana. Matar a burocracia, nesse sentido, não é metáfora: é exigência histórica.

A política no Brasil passou a operar de forma relativamente clara. Governos estaduais e prefeituras ensaiaram seguir orientações sanitárias mínimas, muitas vezes referenciadas pela OMS, mas tais medidas se mostraram frágeis diante da sabotagem aberta promovida pela base social do bolsonarismo. Manifestações de rua, discursos negacionistas e a chantagem moral do “morrer de fome é pior” foram utilizados para empurrar trabalhadores à exposição contínua ao risco. O que o governo comunicava, sem rodeios, era que muitos morreriam — inevitavelmente, infelizmente — como efeito colateral da manutenção da economia. Em nenhum momento o Estado se colocou acima dos interesses de classe. Ao contrário: a pandemia apenas tornou mais visível sua função histórica. Enfrentar esse estado de coisas exige mais do que indignação ou denúncia. Exige organização, ruptura e enfrentamento direto. Se o caos é produzido de forma consciente pelo governo e pelas classes dominantes, a única saída possível é o

conflito aberto. A história não oferece atalhos civilizatórios quando a barbárie se instala como política de Estado.

**Arthur Moura**